



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIA LETÍCIA AVELINO MACÊDO

**O TRABALHO INFORMAL PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
(MEI):UM ESTUDO NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA MATA,
CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE
2023**

MARIA LETÍCIA AVELINO MACÊDO

**O TRABALHO INFORMAL PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
(MEI):UM ESTUDO NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA MATA, CAMPINA
GRANDE- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Geral.

Orientador: Prof. Me. José Péricles Alves Pereira.

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M141t Macedo, Maria Leticia Avelino.

O trabalho informal para o microempreendedor individual (MEI): um estudo no distrito de São José da Mata, Campina Grande-PB. [manuscrito] / Maria Leticia Avelino Macedo. - 2023.

27 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Me. Prof. Me. José Péricles Alves Pereira. , Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA. "

1. Informalidade. 2. Microempreendedor individual. 3. Distrito de São José da Mata. I. Título

21. ed. CDD 658.159

MARIA LETÍCIA AVELINO MACÊDO

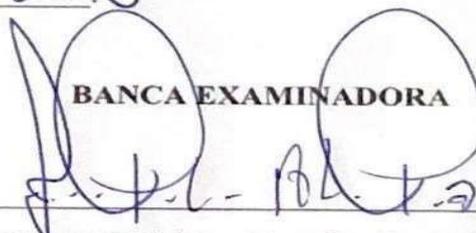
**O TRABALHO INFORMAL PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
(MEI): UM ESTUDO NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA MATA,
CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
Ciências Contábeis, da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade
Geral.

Aprovada em: 22/11/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. José Péricles Alves Pereira (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

gov.br

Documento assinado digitalmente
JOSE ELINILTON CRUZ DE MENEZES
Data: 29/11/2023 07:17:44-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. José Elinilton Cruz de Menezes

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

gov.br

Documento assinado digitalmente
JOSE LUIS DE SOUZA LEAL
Data: 28/11/2023 14:12:29-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Jose Luis de Souza Leal

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha avó, pela força, inspiração e orações,
DEDICO.

“Não basta fazer coisas boas. É preciso fazê-las bem.”

Santo Agostinho

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1	<i>Trabalho Informal</i>	8
2.2	<i>Microempreendedor Individual (MEI)</i>	9
2.3	<i>Distrito de São José da Mata</i>	10
3	METODOLOGIA	11
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
	REFERÊNCIAS	23
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	24

**O TRABALHO INFORMAL PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
(MEI):UM ESTUDO NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DA MATA,
CAMPINA GRANDE PB**

Maria Letícia Avelino Macêdo*

RESUMO

O estudo realizado no Distrito de São José da Mata tem como foco a análise da presença significativa da informalidade nas atividades econômicas local. O objetivo é verificar a informalidade para o microempreendedor individual no distrito de São José da Mata, município de Campina Grande-PB. Além disso, busca-se investigar a interseção entre a formalidade e a informalidade, bem como o impacto direto dessa última na economia do Distrito. Para atingir esses objetivos, foi realizada uma pesquisa de campo detalhada. Essa pesquisa incluiu entrevistas com empreendedores locais, a fim de obter “insights” sobre as características específicas das operações informais e entender os fatores que influenciam essa escolha. A coleta de dados também se concentrou em compreender as vantagens e desvantagens percebidas pelos empresários que optam pelo mercado informal. Isso envolveu a análise dos impactos no aspecto financeiro e legal, como também nas relações de trabalho. As entrevistas buscaram não apenas quantificar a presença da informalidade, mas também qualificar o conhecimento dos entrevistados sobre o tema estudado. O reconhecimento do elevado índice de informalidade como uma preocupação é uma abordagem pertinente, pois destaca as possíveis consequências negativas desse fenômeno. A ênfase na privação dos direitos das pessoas que atuam no mercado informal ressalta a importância de encontrar soluções para mitigar esses impactos sociais. Os resultados dessa pesquisa são cruciais para formar uma visão abrangente das dinâmicas econômicas locais, permitindo uma compreensão mais profunda das escolhas feitas pelas empresas em relação à formalidade.

Palavras-Chave: Informalidade. Microempreendedor individual. Distrito de São José da Mata.

ABSTRACT

The study carried out in the District of São José da Mata focuses on analyzing the significant presence of informality in local economic activities. The objective is to verify informality for individual microentrepreneurs in the district of São José da Mata, municipality of Campina Grande-PB. Furthermore, we seek to investigate the intersection between formality and informality, as well as the direct impact of the latter on the District's economy. To achieve these objectives, detailed field research was carried out. This research included interviews with local entrepreneurs, in order to obtain insights into the specific characteristics of informal operations and understand the factors that influence this choice. Data collection also focused on understanding the advantages and disadvantages perceived by entrepreneurs who opt for the informal market. This involved analyzing the impacts on the financial and legal aspects, as well as on labor relations. The interviews sought not only to quantify the presence of informality, but also to qualify the interviewees' knowledge on the topic studied. Recognizing the high level of informality as a concern is a pertinent approach, as it highlights

*Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I - Campina Grande -PB. E-mail: maria.leticia.macedo@aluno.uepb.edu.br

the possible negative consequences of this phenomenon. The emphasis on depriving the rights of people working in the informal market highlights the importance of finding solutions to mitigate these social impacts. The results of this research are crucial to forming a comprehensive view of local economic dynamics, allowing a deeper understanding of the choices companies make regarding formality.

Keywords: Informality. Individual microentrepreneur. District of São José da Mata.

1 INTRODUÇÃO

A evolução das empresas, bem como o seu espaço na economia brasileira, expande-se à medida que se procura por pessoas capacitadas, isto é, que sejam qualificadas, para acompanhar as inovações mercado competitivo. Isso tem se tornado essencial para quem busca por melhorias na condição de vida. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) de janeiro a abril de 2023, foram abertas 1.331.940 empresas no Brasil, totalizando mais de 21 milhões de usuários novos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no território nacional. Destes, 93,7%, são de microempresas ou empresas de pequeno porte.

A desburocratização dos processos, que tem contribuído para acelerar a abertura de empresas, é, sem dúvida, um passo significativo para estimular o empreendedorismo. No entanto, essa simplificação ressalta a importância de capacitar os empresários, especialmente aqueles que podem não possuir o conhecimento técnico necessário. Para isso, faz-se necessário estabelecer mecanismos de acompanhamento e suporte contínuo para garantir que os novos negócios não apenas se abram rapidamente, mas também sejam capazes de crescer e se sustentar a longo prazo.

Embora haja esse crescimento no percentual de aberturas de CNPJ, existe outro cenário a ser observado: a informalidade. No Brasil, há um número elevado de cidadãos que não registram seus negócios, muitos buscam brechas na legislação para que continuem operando fora da lei, pagando pouco ou nenhum imposto. O trabalho informal no Brasil é uma realidade significativa e tem desempenhado um papel importante na economia e na vida das pessoas, oferecendo subsistência a milhões de pessoas, mesmo que não ofereça as proteções típicas do emprego formal.

A origem do trabalho informal é um fenômeno complexo que se desenvolveu ao longo de várias décadas e está ligada a diversas mudanças econômicas e sociais. Segundo Beloque, a informalidade surge como um reflexo do alto índice de desemprego e das transformações que afetam os métodos de contratação devido à flexibilização e ao cumprimento parcial das leis trabalhistas. Essas mudanças decorrem de políticas econômicas ajustadas, amplamente implementadas nos países capitalistas a partir da década de 70, especialmente em 1973, quando uma recessão econômica global teve início. A crise econômica e os desdobramentos da globalização aumentaram a competição entre os capitalistas, levando-os a adotar medidas para reduzir custos, reformular a produção e ampliar a produtividade. (BELOQUE, 2007 p. 12)

A expansão desse indicador, reflete, conseqüentemente, na crescente presença de trabalhadores informais, que pode ser observada no aumento do número de indivíduos em áreas urbanas e rurais que, para garantir sua subsistência, se encontram em situações de trabalho precárias. Isso se manifesta notadamente na comercialização de produtos importados da China, como roupas, calçados e bijuterias (Silva Costa, Márcia, 2010).

Certamente, a busca pela prosperidade financeira através da informalidade pode ser uma escolha compreensível, especialmente considerando as complexidades burocráticas

associadas à formalização de negócios. No entanto, é importante reconhecer que a informalidade também traz desafios e riscos, tanto para os empresários quanto para a economia como um todo.

Como meio de diminuir essa situação, em 2009 passou a vigorar a Lei Complementar Nº 128, de 19 de dezembro de 2008, alterando o Art. 18 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de proporcionar ao trabalhador informal a oportunidade de crescimento profissional por meio da regularização do seu negócio.

Tendo em vista a contextualização abordada até o presente momento, é evidente a importância do estudo sobre a seguinte problemática: Qual fator limitante para o crescimento da economia e regulamentação dos negócios informais para o Microempendedor Individual no Distrito de São José da Mata.

O objetivo da pesquisa é verificar a informalidade para o microempendedor individual no distrito de São José da Mata, município de Campina Grande-PB. Para isso, tem como objetivos específicos: (a) avaliar se os benefícios para se tornar um MEI são amplamente compreendidos pelos potenciais empreendedores; (b) investigar se a falta de conhecimento sobre os benefícios do MEI, o grau de escolaridade ou a renda familiar influenciam na decisão de permanecer na informalidade; (c) analisar se os custos associados à formalização, incluindo os tributos, são percebidos como um fator limitante.

O estudo adquire maior importância quando se procura compreender quais medidas estão sendo implementadas para desenvolver políticas públicas visando à redução do setor informal, e se os empresários estão dispostos a sair desse contexto, o que poderia resultar em melhorias significativas para a economia local. Nesse sentido, a pesquisa concentra-se no Distrito de São José da Mata, uma vez que, até o momento, nenhum estudo abordou essa questão, e considerando a relevância de contribuir para o crescimento econômico da população local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Trabalho Informal

O trabalho representa uma das formas de garantir ao cidadão uma vida com um mínimo de dignidade, já que é por meio dele que se cria a oportunidade de investir em recursos essenciais para a sobrevivência. Tão importante é sua importância que o direito ao trabalho está expressamente assegurado no artigo 6º da Constituição Federal como um dos direitos sociais fundamentais do indivíduo. Essa garantia não apenas reconhece a relevância do trabalho para uma vida digna, mas também reforça a responsabilidade do Estado em assegurar condições para que esse direito seja efetivamente exercido por todos os cidadãos.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento significativo na ocupação informal. Os dados revelam que, em 2020, a força de trabalho composta por indivíduos que não estavam formalmente empregados ou não possuíam registro regular de emprego atingiu um total de 33,3 milhões de pessoas no Brasil. Esse contingente abrange uma variedade de ocupações informais, como trabalhadores autônomos, vendedores ambulantes e outros que não contavam com os benefícios e proteções associados ao emprego formal. No ano subsequente, ou seja, em 2021, testemunha-se um aumento desse número para 36,6 milhões de pessoas, o que indica um crescimento na presença de trabalhadores informais na economia. Esse fenômeno reflete a complexidade e a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil, e é um indicador importante para compreender as necessidades e desafios que envolvem a formalização e a regulamentação do emprego no país. (PNDA 2012/2021)

A rápida evolução da tecnologia da informação e comunicação (TIC) pode deixar

muitas pessoas para trás, especialmente aquelas que não tiveram acesso a oportunidades de educação e capacitação digital. Esse hiato digital cria uma divisão entre os que estão aptos a participar plenamente da economia globalizada e aqueles que não possuem as habilidades necessárias para competir nesse ambiente. Para muitos, a globalização representa a necessidade de se adaptar a um novo paradigma econômico, no qual a tecnologia desempenha um papel central. Aqueles que não conseguem acompanhar essa evolução podem enfrentar dificuldades em encontrar empregos, acessar serviços essenciais, participar plenamente da vida cívica e até mesmo manter conexões sociais significativas. Isso pode aprofundar as disparidades sociais e econômicas.

A discussão deste cenário é iniciada na década de 1990, como decorrência dos ajustes econômicos “pró-mercado”, há o crescimento de atividades jamais reconhecidas como trabalho regular, contribuindo para uma heterogeneidade de trabalho, que tem como marca a precariedade das condições de trabalho e de vida, a negação dos princípios mais elementares de cidadania, a perpétua reprodução da pobreza e das desigualdades sociais. (Costa, Márcia da Silva, p. 10). Ainda, segundo Ramos e Britto, quando se trata de arrecadação de impostos, a década de 1990 sofreu impacto com a perda e desequilíbrio econômico, surgindo ainda discussões que poderiam implementar medidas para sanar o cenário, tornar as leis trabalhistas mais flexíveis como uma possível solução para atenuar o impacto negativo. (Ramos e Britto, 2004 p. 13)

Há ainda os problemas estruturais advindos dos trabalhos informais, os quais são vários, como por exemplo, o de não contribuir para seguridade social. Quando isso ocorre, o cidadão não é amparado por programas que são ofertados pelo governo, como o de auxílio-doença e auxílio-maternidade, tendo por consequência a falta de remuneração, deixando-os em situações vulneráveis. Para Santos, “Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer - carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania (SANTOS, 2006, p. 221). Nesse sentido, ocorre a renúncia aos direitos proporcionados pela sociedade em busca do aprimoramento das condições básicas que são inerentes à condição de cidadão, bem como a idealização de um futuro próspero.

Outro ponto é que as condições descritas de realização pessoal e suprimento de suas carências, podem trazer benefícios a curto prazo, já que o trabalhador autônomo não terá seus ganhos provenientes da comercialização de produtos ou serviços diminuídos devido ao pagamento de imposto de renda ou contribuição previdenciária. Todavia, essa vantagem é meramente superficial. O profissional que não emite nota fiscal nem recolhe as contribuições previdenciárias encontra-se em uma posição desafiadora para comprovar sua renda e fica desprotegido pelo sistema de previdência social. (OIT, 2015)

2.2 *Microempreendedor Individual (MEI)*

Diante do aumento do desenvolvimento econômico na sociedade e da diversidade de oportunidades de empreendedorismo oferecidas pelo mercado, juntamente com as comodidades de vender uma ampla gama de produtos, sem a necessidade de deslocamento para adquirir tais bens, o mercado se torna altamente competitivo. Isso ocorre devido à possibilidade de um negócio estar estabelecido em uma localização específica ou mesmo operar virtualmente, atendendo a uma base de clientes dispersa geograficamente. Assim, para se destacar nesse cenário, é imperativo conceber estratégias inteligentes que permitam ao seu empreendimento prosperar.

De acordo com Dornelas (2008, p. 9) “o empreendedorismo é o combustível para o crescimento econômico, criando emprego e prosperidade”, desempenhando um papel crucial na construção de sociedades mais dinâmicas, inovadoras e resilientes. Ainda segundo o autor,

a carência de medidas políticas consistentes para solidificar o empreendedorismo resulta em uma conjuntura em que o sujeito se vê compelido a adotar uma via mais acessível para alcançar seus objetivos, assumindo riscos premeditados.

No Brasil, foi criada uma forma para simplificar essas empresas que estariam dispostas a sair da informalidade. A Lei complementar 128/2008 criou a figura do Microempreendedor Individual – MEI, com vigência a partir de 01/07/2009, respeitando um limite específico de faturamento de 81 mil ao ano ou 6.750 por mês. Segundo essa lei não poderão optar pela sistemática de recolhimento do MEI aqueles que a atividade seja tributada pelos anexos IV e V; que possuam mais de um estabelecimento; que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; ou, que contrate mais de um empregado.

Além disso, o MEI possui benefícios para aqueles que almejam uma perspectiva para seu negócio, possuindo um funcionamento regular, simplificação da forma de recolhimento dos tributos (ICMS, ISS, PIS, COFINS), créditos bancários. Como também vislumbrando o futuro, como o benefício previdenciário, onde também estará amparado com o auxílio-maternidade, auxílio-doença. (Nascimento, Marcos Vinicius, 2022).

Desde que a legislação se encontra em vigor, mais de 7 milhões de pessoas já se formalizaram como microempreendedores individuais. Ainda segundo Marcos Vinicius, há uma discussão que as empresas optantes por esse regime simplificado são importantes para a economia brasileira, por contribuírem para a diminuição a informalidade, além de gerar emprego e renda, e inovar o mercado. Portanto, conceder tratamento diferenciado, na forma de tributar, torna-se uma alternativa para que aqueles que ainda se encontram em situação informal aderirem ao MEI.

Ulyssea (2018) aponta que quando são retirados os custos para entrada no setor formal no Brasil, 11.5% das empresas se formalizam e são potencialmente produtivas, 35.9% escolhem manter a informalidade, embora sejam produtivas para sobreviver, e 52.6% são improdutivas demais para sobreviver no mercado formal.

2.3 Distrito de São José da Mata

São José da Mata é um distrito da cidade de Campina Grande, mesorregião do agreste paraibano, com característica de zona rural. Localiza-se cerca de 13 km do centro de seu município. No interior do distrito, transpassa a BR-230, rodovia federal transamazônica, que conecta a cidade de Cabedelo/PB a Lábrea/AM. Há também, a rodovia estadual PB-115, que inicia no distrito e segue até a rodovia PB-121, próximo da cidade de Areal/PB.

De acordo com os dados estatísticos constantes no site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), tendo como base o somatório do quantitativo de aptos a votarem nos dois locais disponíveis de votação, o número de cidadãos do distrito é de aproximadamente 7622. Ao comparar estes dados com o número de habitantes de cada cidade do estado da Paraíba, informado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), verifica-se que o quantitativo de indivíduos do distrito é maior do que vários municípios paraibanos.

Apesar do número considerável de habitantes, o Distrito ainda carece da devida atenção do Estado, que muitas vezes, negligencia a identificação e o atendimento das necessidades específicas da comunidade. Essa falta de focalização impede a criação de políticas eficazes para reduzir o cenário da informalidade, que é uma realidade predominante nessa região.

Nesse contexto, a ausência de infraestrutura adequada, acesso limitado a serviços públicos e a escassez de oportunidades formais de emprego, devido a quantidade reduzida de postos comerciais e industriais, contribuem para a prevalência da economia informal. Assim, os cidadãos pela proximidade, optam por trabalhar na zona urbana de Campina Grande.

Por outro lado, há residentes que escolhem abrir informalmente pequenos estabelecimentos comerciais no próprio distrito, a exemplo de banca de verdura e frutas, loja de roupas, de utensílios domésticos, lanchonetes, etc. Ainda, existem aqueles que optam pelo trabalho autônomo, sem formalizar seu registro com CNPJ, como manicure, cabeleireiro, maquiadora, pedreiro etc.

Muitos empreendedores locais optam por estabelecer seus comércios ao longo das margens das duas rodovias, tirando proveito do intenso fluxo de veículos que circulam por essas vias. Essa estratégia comercial é impulsionada pela visibilidade proporcionada pela movimentação constante, oferecendo aos negócios a oportunidade de alcançar um público mais amplo. A localização estratégica ao longo das rodovias não apenas amplia a visibilidade, mas também facilita o acesso dos clientes, contribuindo para o crescimento desses estabelecimentos. É relevante ressaltar também a importância de a comunidade perceber o quão fundamental ela é para o fortalecimento do comércio local, à medida que se envolve adquirindo os produtos e serviços oferecidos por esses estabelecimentos.

Somando-se a isso, o poder público necessita estar presente, atendendo às demandas específicas do Distrito, proporcionando não apenas estímulos econômicos, mas também ferramentas e recursos que possam impulsionar de maneira sustentável as atividades microempreendedoras. Um exemplo que poderia ser implantado é a oferta de cursos capacitadores acerca de empreendedorismo.

Assim, quando há participação dos residentes e do estado, tanto a economia local é beneficiada, quanto os trabalhadores que buscam oportunidades de emprego na região, em razão da oferta de trabalho, proporciona pelo crescimento comercial. Essa abordagem integral cria um ciclo virtuoso de progresso que favorece toda a comunidade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa teve início com a obtenção de amostras, conduzida através de um estudo no campo, empregando questionários como ferramenta. As amostras foram selecionadas de acordo com critérios legais, excluindo aqueles que exercem profissões intelectuais, científicas, literárias ou artísticas, inclusive com a ajuda de auxiliares ou colaboradores.

Segundo José João, a investigação em campo implica na aquisição de informações diretamente das pessoas, ultrapassando a pesquisa em fontes bibliográficas e documentos. Ele a descreve como um tipo de pesquisa "survey", destinada a obter informações sobre as características, ações ou opiniões de um grupo específico, considerado representativo de uma população maior. (Da Fonseca, João José Saraiva, 2002, p.33)

Lakatos (2003, p. 108) define que a pesquisa com método estatístico, "permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado". Ainda, segundo o autor, o "papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerando como um todo organizado". Além disso, é não-probabilístico, pois não é viável mensurar a quantidade de empresas informais no Distrito de São José da Mata.

Quanto à natureza da pesquisa, ela é considerada qualitativa e quantitativa. Segundo Minayo (2002, p. 22) "a pesquisa qualitativa responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis". Em contrapartida, conforme afirmado por José João (2002, p. 20), a pesquisa quantitativa "centra na objetividade", uma vez que interpreta os resultados como sendo representativos da população-alvo que está sendo analisada.

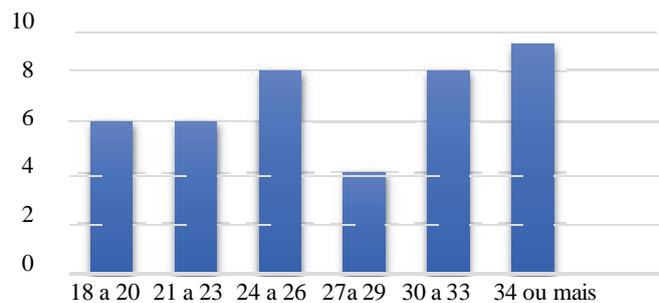
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização da pesquisa, foram necessárias a identificação dos microempreendedores informais, como também a visitação de seus estabelecimentos, e se estariam dispostos a colaborar com o estudo, por meio de uma entrevista. Essa coleta de dados foi realizada no mês de outubro de 2023, obtendo 41 questionários, com pessoas de diferente sexo, idade e classe social.

A pesquisa teve como objetivo identificar se esses indivíduos estariam dispostos a sair da informalidade, e a obter orientações acerca do assunto tratado. Para alcançar esse objetivo, foi utilizada a técnica de Escala de Likert, medição usada em pesquisas e questionários para avaliar atitudes, opiniões ou comportamentos das pessoas. Os participantes são submetidos por uma série de opções de resposta, que indicam seu grau de concordância ou discordância em uma escala graduada.

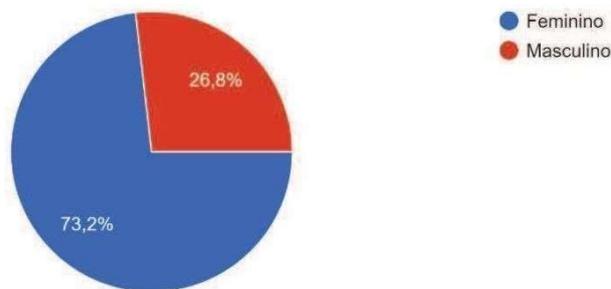
Na primeira etapa da pesquisa, foram coletados dados que possibilitaram mensurar a idade, o sexo, o tempo que residem no Distrito, o grau de escolaridade e o número de quantos pessoas que residem na mesma casa.

Gráfico I - Idade



Em relação a esse gráfico, houve uma distribuição quase simétrica entre as faixas de idade dos entrevistados. Nota-se que 50% de quem respondeu a pesquisa possui entre 18 a 26 anos, enquanto os outros 50% possuem idade igual ou superior a 27 anos. Assim, pode-se considerar que a informalidade não possui prevalência da faixa etária, sendo uma oportunidade para aqueles que desejam uma renda financeira.

Gráfico II - Sexo

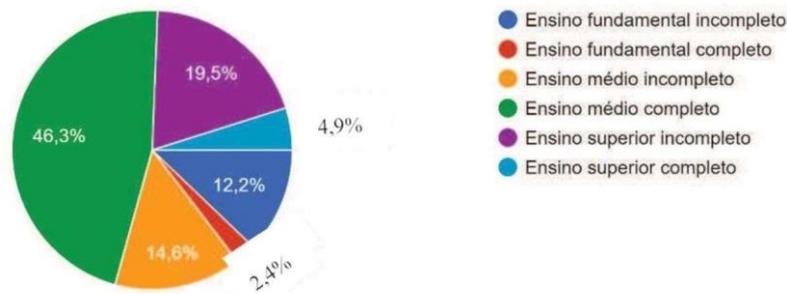


Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Diante das respostas obtidas, 73,2% dos participantes são do sexo feminino, enquanto 26,8% são do sexo masculino. A predominância percentual mais elevada entre as mulheres no setor informal pode ser explicada por certos padrões e dinâmicas sociais que possivelmente

impactam a presença feminina em comparação aos homens. Um exemplo disso é a flexibilidade de horários, visto que o mercado informal frequentemente proporciona maior adaptabilidade, tornando-se atrativo para mulheres que necessitam conciliar o trabalho com as responsabilidades domésticas.

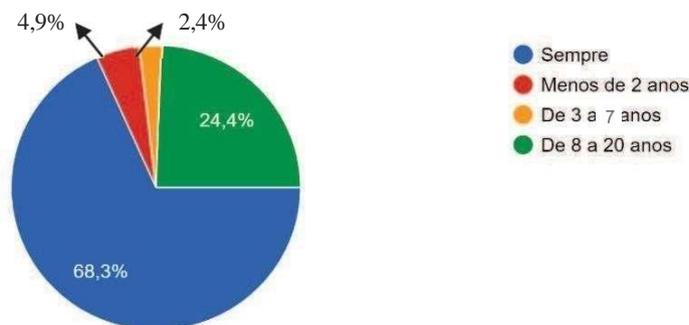
Gráfico III – Nível de escolaridade



Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

No que diz respeito ao grau de instrução, nota-se que a maior parte indicou possuir apenas o ensino médio completo, representando um total de 46,3% dos entrevistados. Em países subdesenvolvidos, como o Brasil, é comum que muitas pessoas não prossigam para o ensino superior devido à necessidade de buscar meios de sustentar seus lares. Essa circunstância pode servir como explicação para a opção de ingressar no mercado informal, motivada pela falta de acesso ao conhecimento e pelas limitadas perspectivas de vida associadas.

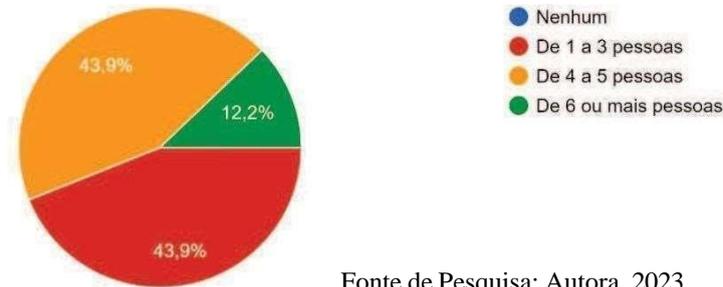
Gráfico IV – Tempo que reside no Distrito



Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

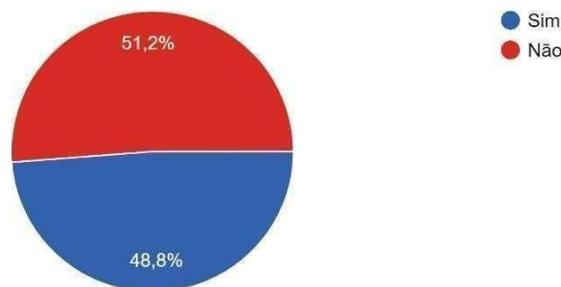
Quando se refere ao tempo em os entrevistados residem no Distrito, 68,3% deles sempre morou no local, 24,4% residem de 8 a 10 anos, 4,9% menos de 2 anos e 2,4% de 3 a 7 anos. Sendo assim, é possível identificar que no Distrito há uma ausência significativa de pessoas que vêm de outras regiões com o propósito de iniciar seus negócios. Portanto, os comércios que existem no Distrito são os próprios moradores que identificam a necessidades do local e decidem investir.

Gráfico V – Moradores que residem na mesma casa



O gráfico apresentado ilustra a quantidade de pessoas que compartilham a residência com o entrevistado. Dentre os entrevistados, 43,9% relataram ter entre 1 a 3 pessoas coabitando com eles. Adicionalmente, 43,9% informaram ter de 4 a 5 pessoas residindo na mesma casa, enquanto 12,2% afirmaram conviver com 6 ou mais pessoas. É relevante destacar que nenhum dos entrevistados indicou viver sozinho.

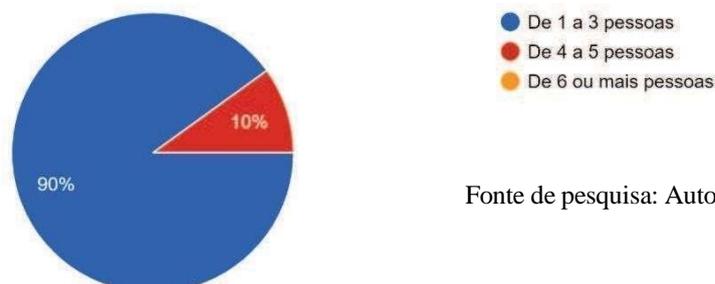
Gráfico VI – Colaboradores auxiliando no trabalho



Quando questionados sobre a presença de colaboradores auxiliando em suas atividades profissionais, 48,8% dos entrevistados responderam afirmativamente, enquanto 51,2% indicaram que não contam com colaboradores. Aqueles que responderam negativamente, em sua maioria, desempenham profissões autônomas que não demandam assistência adicional, exemplificadas por atividades como a de designer de sobancelha.

Os entrevistados que responderam sim foram conduzidos a responder ainda as seguintes perguntas: quantos colaboradores lhe ajudavam e se entre eles, havia quem residia com o entrevistado.

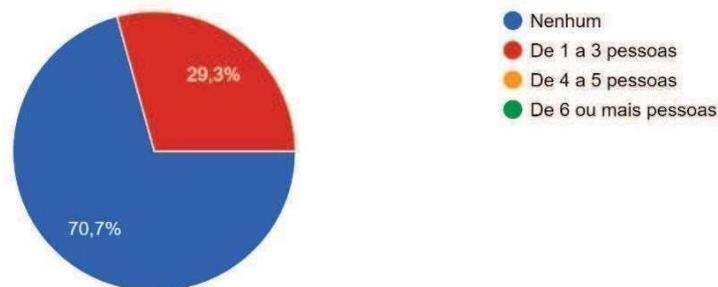
Gráfico VII – Quantos colaboradores auxiliando no trabalho



Observa-se que, dos 48,8% que afirmaram que possuíam colaboradores, 90% responderam que há em seus estabelecimentos 1 a 3 pessoas lhe auxiliando e 10% responderam que há entre 4 a 5 pessoas colaboradores.

Dando sequência, foram questionados se essas pessoas que lhe auxiliava residiam com o entrevistado. O objetivo é compreender se seu núcleo familiar está todo inserido no seu negócio, uma vez que pode demonstrar que esses indivíduos também se encontram em situação de informalidade.

Gráfico VIII - Colaboradores que residem com o entrevistado

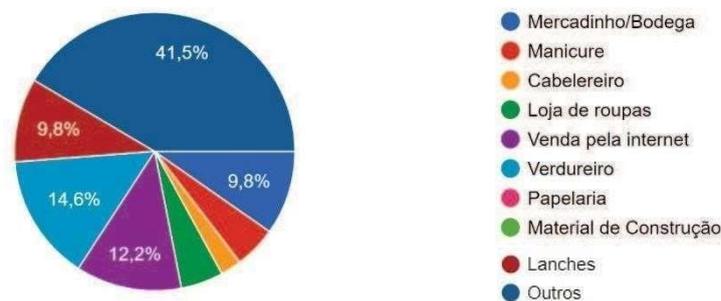


Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Com isso, conclui-se que 70,7% não residem com o entrevistado e dos 90% que anteriormente afirmaram que possuíam de 1 a 3 pessoas lhe ajudando no seu negócio, destas 29,3% afirmaram que de 1 a 3 pessoas residem com o entrevistado.

Na segunda etapa da pesquisa, os entrevistados foram conduzidos a responder sobre o seu trabalho informal, qual atividade exerce, renda média do trabalho, se pretendem continuar na informalidade, se enxergam oportunidade de crescimento, se possuem outra renda complementar e se já trabalharam formalmente.

Gráfico IX – Atividade que exerce



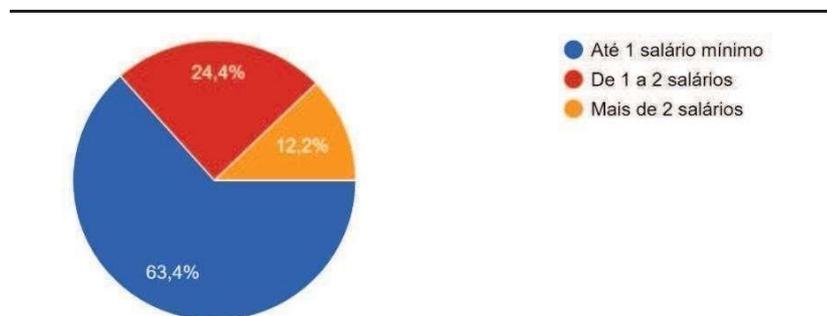
Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Dos 41 entrevistados, 41,5% descreveram sua atividade como ‘outros’, sendo direcionados a discriminar sua profissão, com isso foi obtida 18 respostas, a seguir:

1. Designer de sobrancelha; lash designer; maquiadora e limpeza facial;
2. Designer de sobrancelha e micropigmentadora;
3. Confeiteira;
4. Bar e petiscaria;

5. Doceria;
6. Confeitaria;
7. Venda de camisas;
8. Professora;
9. Maquiagem e designer de sobrancelha;
10. Copiadora;
11. Presentes e cosméticos;
12. Barbeiro;
13. Atividade rural;
14. Maquiadora;
15. Chaveiro;
16. Servente de Pedreiro;
17. Loja de calçados; e,
18. Designer de Sobrancelhas.

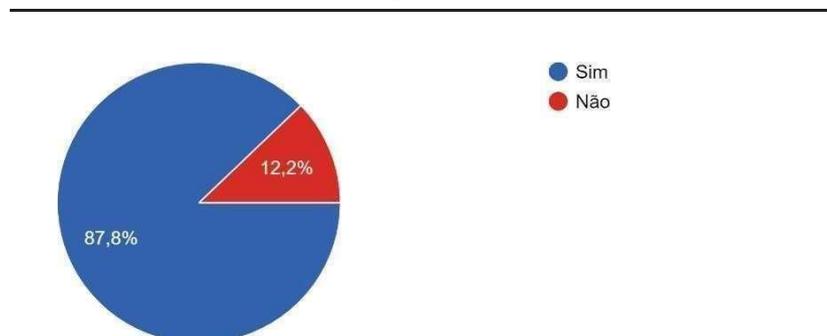
Gráfico X – Renda média mensal



Fonte de Pesquisa: Autora, 2023.

Quando indagados sobre a renda média mensal, 63,4% dos entrevistados afirmaram que sua receita é até um salário mínimo, enquanto 24,4% declararam ganhar entre 1 e 2 salários, e 12,2% mencionaram obter mais de 2 salários. Além disso, destacaram que a renda é relativa e pode variar de acordo com o mês, a exemplo de quem atua em serviços de estética. Pois, a renda tende a aumentar em meses festivos, como durante as celebrações juninas e nas festas de final de ano.

Gráfico XI – Planejam continuar na atividade



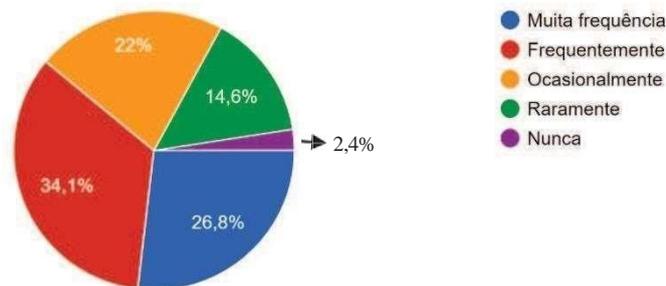
Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Os entrevistados foram questionados se tinham perspectiva de continuar trabalhando e investindo em seu negócio, 87,8% responderam que tem o interesse de continuar, enquanto

12,2% responderam que não. Sendo assim, esses últimos foram conduzidos a justificar a sua resposta, elencando os motivos que lhe fariam abdicar da sua profissão. Segue as suas justificativas:

1. Estou terminando o curso superior;
2. Irei ingressar na vida religiosa;
3. Pretendo estudar e voltar para o mercado formal;
4. Procuo outro serviço melhor; e,
5. Não tenho perspectiva de crescimento.

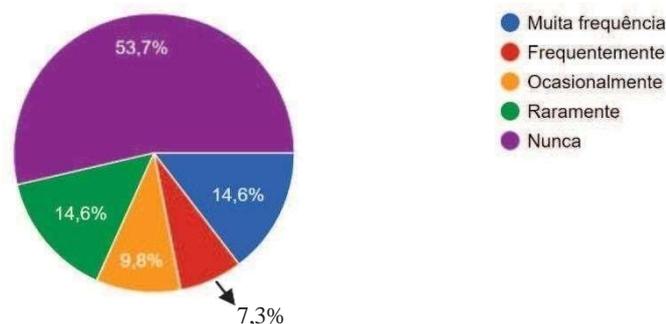
Gráfico XII – Oportunidade de crescimento



Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Por conseguinte, os respondentes foram questionados se vislumbravam oportunidade de crescimento, se o seu negócio seria atrativo para o local que está inserido. Com isso, 26,8% disseram que vêm crescimento com muita frequência, 34,10% frequentemente, 22% ocasionalmente, 14,6% raramente e 2,4% não veem de forma alguma oportunidade de crescimento. Ainda, os entrevistados disseram que a população do Distrito não apoia os comerciantes locais, muitas das vezes preferindo sedeslocar até o centro da Cidade.

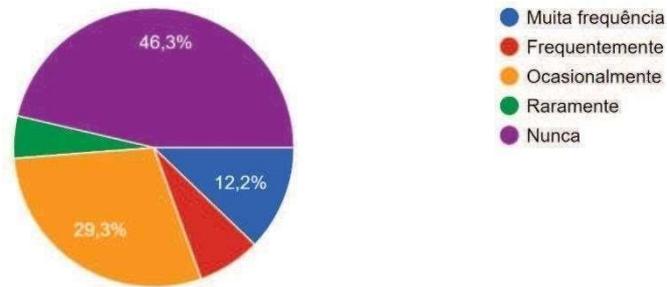
Gráfico XIII – Trabalho como renda complementar



Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Perguntados se realizavam outro trabalho para complementar sua renda média mensal, 53,7% afirmaram que nunca realizou outro trabalho, 14,6% fazem trabalhos raramente, 14,6% com muita frequência, pois seu comércio informal é insuficiente para suprir as suas necessidades, 9,8% ocasionalmente e 7,3% frequentemente. Dos 22 entrevistados que responderam NUNCA, estes disseram que não possuem estudo para procurarem outro emprego, estando sujeitos a aceitarem a situação que se encontram.

Gráfico XIV – Trabalho formal

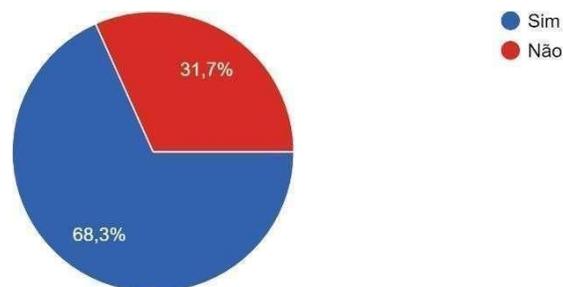


Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Na entrevista, foi abordada se os entrevistados possuíam algum trabalho formal paralelo ao seu trabalho informal, se já trabalharam ou se nunca. É considerado trabalho formal aquele que é regido pelas regras da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Desta forma, 12,2% responderam que realizam trabalho formal com muita frequência, 7,3% frequentemente, 29,3% ocasionalmente, 4,9% raramente e 46,3% nunca realizaram trabalho formal pela mesma justificativa que do gráfico XII.

Na etapa três da pesquisa, os respondentes foram conduzidos a pensar sobre o que é o MEI e se ao adotar uma forma de tributação simplificado, traria benefícios para o seu empreendimento.

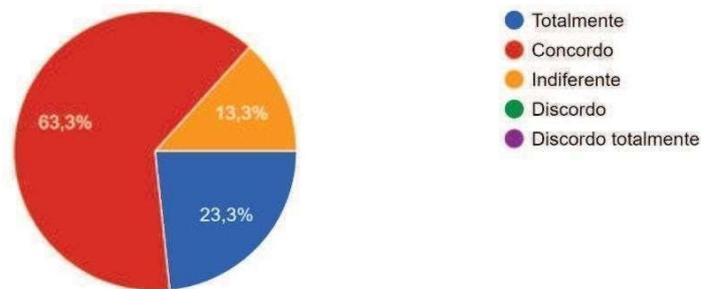
Gráfico XV – Microempreendedor individual (MEI)



Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

No gráfico acima, 68,3% responderam que possuem conhecimento do que trata o MEI e 31,7% responderam que não possui nenhum conhecimento. Aos que responderam possuir algum conhecimento acerca do assunto tratado, foram submetidos a duas perguntas principais, se concordariam que o MEI iria proporcionalizar benefícios para o seu negócio, e nestes benefícios não estaria apenas citado os benefícios previdenciários, mas aqueles que impulsionariam seu empreendimento, favorecendo uma maior cartela de fornecedores, que apenas repassam seus produtos para empresas que possuem o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), concessão a créditos bancários.

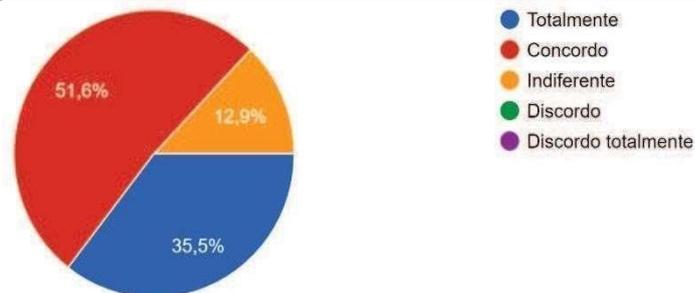
Gráfico XVI – Benefícios do MEI



Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Desta maneira, 63,3% concordam que o MEI irá trazer benefícios, 23,3% concordam totalmente e 13,3% são indiferentes, manifestando a sua opinião que os benefícios não são vantajosos, diante do custo que teriam em desembolsar para arcar com os tributos.

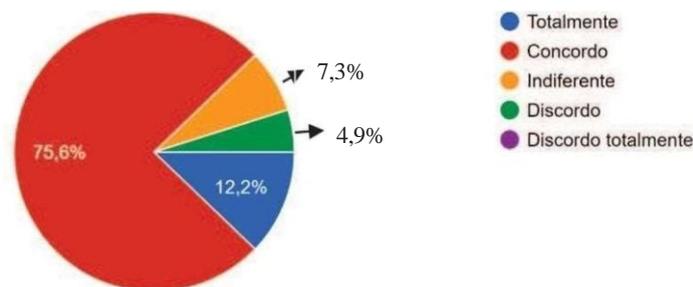
Gráfico XVII – Importância do MEI para o crescimento do Distrito



Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Subsequente, o gráfico XXI demonstra como é importante para o Distrito de São José da Mata que esses negócios se tornem informal, uma vez que aumentaria a arrecadação tributária, gerando assim investimentos para áreas que são essenciais ao cidadão (saúde, educação). Com isso, 51,6% concordam que saindo da informalidade é importante para o Distrito, 35,5% concordam totalmente e 12,9% são indiferentes a situação abordada.

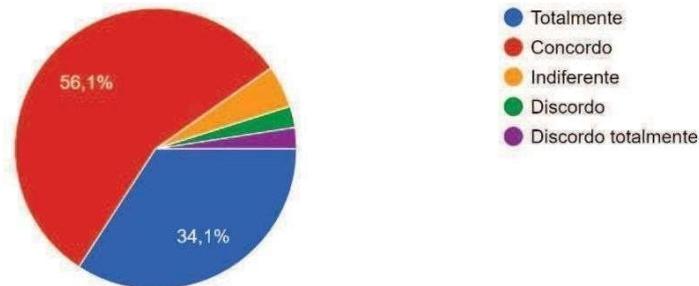
Gráfico XVIII – Crescimento do negócio



Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Ao serem abordados que ao se formalizarem, há a perspectiva de crescimento no negócio, pois como já citado anteriormente, os benefícios que iria ser proporcionalizados (excluindo aqueles que são benefícios sociais, como a aposentadoria) deixaria seu negócio mais atrativo, pois poderia aumentar a sua cartela de produtos, bem como comprar produtos a um preço de custo mais acessível. Sendo assim 75,6% concordam, 12,2% concordam totalmente, 7,3% são indiferentes e 4,9% discordam, pois acreditam que de nada influenciaria para o seu crescimento.

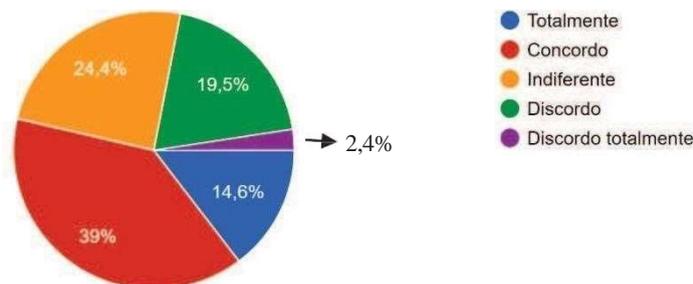
Gráfico XIX– Instrução para conhecer o MEI



Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

Os entrevistados foram indagados sobre sua compreensão e interesse em receber instrução e orientação por parte da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) para obter mais informações sobre o Microempreendedor Individual (MEI). Dada a importância de abordar mais detalhadamente esse tema e proporcionar acesso à informação a todos os cidadãos, os resultados indicam que 56,1% concordam em receber essa instrução, 34,1% concordam totalmente, 4,9% são indiferentes, 2,4% discordam e 2,4% discordam totalmente.

Gráfico XX– Sair da informalidade



Fonte de pesquisa: Autora, 2023.

No gráfico XXIV, foram questionados se essas pessoas estariam dispostas a sair da informalidade, 39% concordam, 24,4% são indiferentes, 14,6% concordam totalmente, 19,5% discordam e 2,4% discordam totalmente. Ainda, para os que discordam e que não estão dispostos a sair da informalidade, foi solicitado para que justificasse, obtendo as seguintes respostas:

1. Não estou disposto, pois tenho benefício social;
2. Brevemente não estarei mais com o negócio, irei ingressar na vida religiosa;
3. No meu ramo, ainda não é o momento;
4. Estou perto de me aposentar como agricultora;
5. Não quero pagar impostos;

6. Acredito que não compensa;
7. Os moradores do distrito não ajudam na economia do local;
8. Um gasto a mais;
9. Não tenho interesse; e,
10. Não quero pagar impostos.

Podemos perceber que as justificativas mais abordadas foi a de não contribuir com a arrecadação tributária, acredita-se que esse valor que seria repassado aos cofres públicos, não seria retornado para a população e nem tampouco surtiria algum efeito positivo para o seu empreendimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do presente estudo foi identificar microempreendedores que operam na informalidade no Distrito de São José da Mata e analisar a disposição desses em adentrar ao mercado formal. A pesquisa teve um foco específico em um número restrito de empresas, uma vez que a mensuração da população total não foi possível devido à insuficiência de dados disponíveis.

Diante das informações apresentadas, extraídas ao longo da elaboração desse artigo e considerando os objetivos estabelecidos, constatou-se que, a respeito dos dados sociais, o nível de escolaridade não se configura como um indicador conclusivo para afirmar que os indivíduos com estudos incompletos são os que mais optam pelo trabalho informal. Isso é evidenciado no Distrito, onde não existe a correlação entre o nível de escolaridade e a informalidade, visto que 46,3% dos participantes possuem o ensino médio completo.

Por outro lado, a simetria entre os respondentes com base na idade pode ser interpretada como um reflexo da diversidade de experiências e perspectivas que cada faixa etária traz para o cenário profissional. No contexto do mercado de trabalho formal, as oportunidades podem ser estruturadas de maneira mais convencional, com hierarquias definidas, benefícios e estabilidade no emprego. Isso pode atrair aqueles que buscam segurança e estabilidade em suas carreiras.

No entanto, pode haver limitações em termos de flexibilidade e capacidade de inovação devido à rigidez estrutural. Já o mercado informal pode oferecer uma variedade de oportunidades mais dinâmicas e flexíveis. Empreendedores, ‘*freelancers*’ e profissionais independentes podem encontrar espaço para criatividade, autogestão e diversidade de projetos. A pluralidade de escolhas disponíveis em ambos os cenários destaca a importância de reconhecer e valorizar as diferentes trajetórias profissionais.

Na segunda fase da pesquisa, ao serem questionados sobre sua renda mensal, a maioria dos entrevistados indicou receber até um salário mínimo. Essa predominância é atribuída à realidade de um ambiente econômico local desafiador, no qual a demanda por produtos ou serviços é baixa, a concorrência é intensa ou as condições de mercado são adversas. Adicionalmente, a falta de capital limita a capacidade de investir em melhorias, como o marketing ou na diversificação do negócio, resultando em rendimentos mais modestos.

Mesmo diante da realidade de baixa renda em seus empreendimentos, os entrevistados mostram interesse em persistir em seus negócios, fundamentados na ideia de que há oportunidades reais para o crescimento de suas atividades no Distrito. Acreditam na possibilidade de a sociedade reconhecer a importância vital desses pequenos negócios, o que

poderia contribuir para um aumento no apoio e na clientela. Essa visão otimista sugere uma perspectiva a longo prazo e um compromisso sustentado, alimentado pela esperança de melhores condições e reconhecimento na comunidade.

Na terceira fase do estudo, quando questionados acerca do Microempreendedor Individual (MEI), mais de 50% em todos os aspectos reconhecem a relevância do MEI para a economia. Contudo, no ponto final, quando indagados sobre o desejo de sair da informalidade, essa taxa de concordância diminui significativamente para 39%. Mesmo ao serem orientados a explicar suas respostas, a predominância é a de não manifestar interesse em quitar tributos.

Essa decisão por ser influenciada por diversos fatores, sendo eles: (I) Falta de benefícios percebidos: Alguns empresários informais podem não ver benefícios tangíveis em se formalizar. Eles acreditam que, mesmo pagando impostos, não receberão serviços ou benefícios como retorno, como acesso a crédito ou proteção social. (II) Necessidade imediata de renda: Para alguns empreendedores informais, a necessidade de renda imediata pode ser prioritária em relação à conformidade com as regulamentações fiscais. Eles podem ver a formalização como um processo demorado que poderia afetar negativamente suas finanças a curto prazo. (III) Custo dos impostos: Muitas vezes, a carga tributária sobre as empresas formais pode ser significativa. Os empresários informais podem temer que a formalização resulte em uma redução significativa dos lucros, especialmente se estiverem operando em setores de margens de lucro baixas. (IV) Benefícios sociais: A relutância das pessoas em sair da informalidade devido ao receio de perder benefícios sociais é um desafio comum enfrentado em muitas sociedades. Esse fenômeno muitas vezes está relacionado ao fato de que trabalhadores informais podem estar recebendo benefícios sociais de maneira não oficial ou fora dos canais formais.

Por isso, é fundamental que o Estado adote uma abordagem mais abrangente e sensível às peculiaridades das áreas menos favorecidas, implementando políticas que estimulem o crescimento econômico, como exemplo disso seria: (I) estabelecer incentivos fiscais para atrair investimentos para as áreas menos desenvolvidas, estimulando o estabelecimento de empresas e a criação de empregos; (II) forneçam infraestrutura adequada, investindo na melhoria de estradas, hospitais, um mercado central, pois o que existe hoje não está funcionando. Isso não apenas melhora a qualidade de vida, mas também atrai investimentos privados; (III) promover a inclusão social, com a inclusão de grupos minoritários, garantindo que todos tenham oportunidades justas e equitativas, reduzindo assim a dependência das atividades informais.

Portanto, pela amostra realizada, conclui-se que, por mais que já tenha havido avanços a respeito da desburocratização na realização do cadastro de pessoa jurídica, a informalidade é uma alternativa encontrada pelos habitantes do distrito de São José da Mata para se prover de recursos financeiros em que, muitas vezes, participa também membros da família. Além disso, é importante haver o apoio da comunidade, adquirindo os produtos e serviços desses microempreendedores. Isso porque o sucesso destes pode ocasionar benefícios para o distrito, como a oferta de emprego, melhoria na qualidade dos produtos que é fornecido, não havendo necessidade de locomoção para a região urbana de Campina Grande.

Adicionalmente, faz-se necessário que o poder público demonstre claramente os retornos que serão direcionados à comunidade, por meio de investimentos que impulsionem a economia local. Esse estímulo por parte das autoridades, aliado a benefícios tangíveis para a comunidade, pode ser um fator decisivo para encorajar a transição do setor informal para o formal, promovendo o crescimento econômico sustentável no distrito de São José da Mata.

Em contrapartida, a pesquisa apresentou algumas limitações. A primeira delas foi a dificuldade em mensurar com precisão a quantidade de moradores no Distrito. A segunda limitação decorreu da relutância de alguns respondentes em participar da pesquisa, o que impossibilitou uma exploração mais aprofundada. Esses participantes, para evitar contribuir com a pesquisa, alegaram possuir o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), criando uma situação na qual a veracidade dessa afirmação não pôde ser comprovada, gerando um obstáculo adicional à coleta de dados.

Vale ressaltar que a limitação de dados disponíveis destaca a necessidade de uma coleta mais abrangente e regular de informações para futuros estudos, a fim de melhor compreender a dinâmica econômica do Distrito e promover estratégias mais eficazes para a formalização empresarial.

REFERÊNCIAS

BELOQUE, Leslie Denise. **A cor do trabalho informal: uma perspectiva de análise das atividades informais**. 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). [S. l.], 11 jul. 2022. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/evolu%C3%A7%C3%A3o-do-eleitorado?p0_abrangencia=Local&clear=RP&session=203107067153596. Acesso em: 14 out. 2023.

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.9, n. 1, p. 153-174, 2000.

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira**. Caderno Crh, Salvador, v. 23, n.58 p. 171- 190, Jan./Abr. 2010.

DIREITOS e Obrigações. [S. l.], 7 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/quero-ser-mei/direitos-e-obrigacoes>. Acesso em: 13 nov. 2023.

DORNELAS, José Carlos de Assis, 1971 – **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3º Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008 – 8º reimpressão.

FONSECA, João. **Metodologia de pesquisa científica**. Universidade Estadual da Ceará: [s. n.], 2002. 127 p. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

JUVENTUDE E TRABALHO INFORMAL NO BRASIL / Organização Internacional do Trabalho (OIT) ; OIT Escritório no Brasil ; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). - Brasília: OIT, 2015

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5º. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MINAYO, Maria C. **Pesquisa social: teoria e método**. Ciência, Técnica, 2002.

NASCIMENTO, Marcos Venicius. **Regime de tributação do Simples Nacional e o efeito limitador no crescimento das empresas.** 2022. 96 p. Dissertação (Economia) - Microeconomia, São Paulo, 2022.

O QUE é MEI - Microempreendedor Individual? Quem pode ser MEI?. [S. l.], 6 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/perguntas-frequentes/o-que-e-o-microempreendedor-individual-mei/o-que-e-mei>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PERFIL das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte 2018. [S. l.], 7 maio 2018. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ro/artigos/perfil-das-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-2018,a2fb479851b33610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 8 nov. 2023.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNDA Contínua: **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil.** [S. l.]: IBGE. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2022/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2022.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

RAMOS, L.; Britto, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002:** tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. IPEA, 2004.

SANTOS, Milton, 1926-2001 **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ULYSSEA, G. **Firms, Informality, and Development:** Theory and Evidence from Brazil, American Economic Review. 2018.

APÊNDICE A – PESQUISA DE CAMPO

DADOS SOCIAIS

1. Idade _____

2. Naturalidade: _____

3. Sexo:

() Feminino () Masculino

4. Tipo de residência:

() Própria () Alugada

5. Nível de escolaridade:

() Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

6. Há quanto tempo reside no Distrito de São José da Mata?

Sempre Menos de 2 anos De 3 a 8 anos De 8 a 20 anos

7. Em sua residência, quantos residem com você?

Nenhum De 1 a 3 pessoas De 4 a 5 pessoas De 6 ou mais pessoas

8. Em seu trabalho, há alguém lhe auxiliando como colaborador (ajudante)?

Sim Não

8.1 Caso a resposta for SIM, quantos?

De 1 a 3 pessoas De 4 a 5 pessoas De 6 ou mais pessoas

9. Algum desses colaboradores reside com você?

Nenhum De 1 a 3 pessoas De 4 a 5 pessoas De 6 ou mais pessoas

TRABALHO INFORMAL

1. Qual atividade exerce:

Mercadinho/Bodega Manicure Cabelereiro Loja de roupas Venda pela internet Verdureiro Papelaria Material de Construção Área de Saúde
 Lanches Outros

Caso a sua resposta seja OUTROS, descreva a atividade que exerce:

2. Qual a renda média mensal do seu trabalho?

Até 1 salário mínimo De 1 a 2 salários Mais de 2 salários

3. Planeja continuar nesta atividade?

Sim Não

Caso a sua resposta seja NÃO, justifique seus motivos:

4. Você enxerga oportunidade de crescimento no ramo em que atua?

Muita frequência Frequentemente Ocasionalmente Raramente Nunca

5. Realiza algum outro trabalho como renda complementar?

Muita frequência Frequentemente Ocasionalmente Raramente Nunca

6. Já trabalhou formalmente?

Muita frequência Frequentemente Ocasionalmente Raramente Nunca

SOBRE O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

1. Você possui algum conhecimento sobre o que é MEI?

Sim Não

Caso a sua resposta seja SIM, assinale os itens 1.1 e 1.2:

1.1. Você concorda que o MEI proporciona benefícios?

Totalmente Concordo Indiferente Discordo Discordo totalmente

1.2 Você concorda que o MEI é importante para o crescimento do Distrito e da Economia Local?

Totalmente Concordo Indiferente Discordo Discordo totalmente

2. Você concorda que ao se formalizar, há perspectiva de crescimento parao seu negócio?

Totalmente Concordo Indiferente Discordo Discordo totalmente

3. Você compreende que seria importante ter instrução e orientação para conhecer mais sobre o MEI?

Totalmente Concordo Indiferente Discordo Discordo totalmente

4. Você estaria disposto a sair da informalidade?

Totalmente Concordo Indiferente Discordo Discordo totalmente

Caso a resposta seja DISCORDO, justifique os seus motivos:

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por guiar os meus caminhos, por realizar a Sua Vontade em minha vida. Entrego, confio e espero e deixo-me ser conduzida pela Sua Graça. Reconhecendo a minha pequenez diante de tanto cuidado que Ele tem com meus sonhos.

A minha mãe, Maria Roméria, por nunca medir esforços pela minha educação, pelo seu amor incondicional, que sempre lutou para me sustentar e me dar uma vida digna. A senhora me ensina sobre a vida e é meu exemplo de humildade e força. Além de me educar com princípios e valores essenciais, para que eu me torne uma pessoa justa e para que eu nunca desistisse dos meus sonhos. Obrigada mãe, por sempre acreditar em mim e me apoiar em cada decisão.

A minha irmã, Maria Eduarda, que mesma sendo nova, tenho o desejo de ser sempre um exemplo para ela, isso me faz querer buscar ser uma pessoa melhor. Você é a melhor irmã que eu poderia ter.

A minha avó, Maria Inácio e a minha irmã, Maria Helena, que hoje não estão mais fisicamente, mas são os meus anjos, que intercedem pela minha caminhada.

Ao meu companheiro, Arthur Franklin, que segura minha mão a cada desafio que a vida me apresenta. Obrigada por ser meu suporte, por torcer, por acreditar que sempre posso mais e sempre vibrar a cada conquista minha. Obrigada pela paciência, pelo tempo dedicado a me ajudar. Esse trabalho tem muito de você!

A todos os professores, da vida escolar e acadêmica que me inspiraram a chegar até aqui, em especial, ao meu orientador Péricles, pelo conhecimento compartilhado, dedicação e por incentivar a conclusão desse trabalho.

Aos membros da banca examinadora, Elinilton e José Luiz, por terem aceitado o convite e pelo apoio.

Ao meu amigo que a UEPB me apresentou, Caio Matheus, que dividiu essa trajetória acadêmica, passando pelos altos e baixos que a vida de estudante proporciona. Obrigada, por me ajudar, por dividir o conhecimento. O nosso vínculo transpassa o ambiente acadêmico, uma amizade que verdadeiramente veio para somar.

As amigas, Dayany Domingos e Aline, pessoas que a profissão da contabilidade me apresentou. Obrigada, pelos ensinamentos, pelo incentivo e por todos os conselhos.

A toda comunidade católica, em especial aos meus irmãos em Cristo, que dividem a caminhada cristã comigo. Obrigada por compartilharem da fé, pelo apoio e confiança que depositam em mim.

E por fim, a todos familiares e amigos, que de certa forma contribuíram, seja com uma palavra ou gesto. Obrigada!